

REALISMO E CIÊNCIA SOCIAL

William Outhwaite

Quais são as implicações da abordagem sublinhada no capítulo anterior para a prática de pesquisa social? Podemos começar a responder essa pergunta, revisando alguns dos princípios realistas que já foram mencionados. Na esfera da ontologia, temos:

- 1) A distinção entre objetos transitivos e intransitivos da ciência: entre nossos conceitos, modelos, etc., e as entidades, relações reais, etc., que compõem o mundo natural e social.
- 2) A posterior estratificação da realidade entre os domínios do real, do verdadeiro e do empírico. O último destes em relação contingente com os outros dois; ser (seja para uma entidade, estrutura ou evento) não é ser percebido.
- 3) A concepção de relações causais como tendências, baseadas nas interações de mecanismos gerativos; estas interações podem ou não produzir eventos que, por sua vez, podem ou não ser observados.
- 4) Além dessas três afirmações ontológicas, e relativa à primeira, temos a rejeição, tanto do empirismo quanto do convencionalismo acima. A expressão prática dessa posição epistemológica é a concepção de definição real. Definições reais, que são importantes tanto para filósofos da ciência realistas, quanto racionalistas, não são nem resumos do uso verbal existente, nem estipulações de que nós deveríamos usar um termo de uma forma particular. Embora elas sejam, é claro, expressas em palavras, elas são afirmações sobre a natureza básica de uma entidade ou estrutura. Portanto, uma definição real de água seria a de que suas moléculas são compostas de dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio. A descoberta humana sobre a água vem se expressar como uma propriedade definitiva dela.
- 5) Finalmente, e relacionado ao princípio 3) acima, a concepção realista da explicação envolve a postulação de mecanismos explanatórios e a tentativa de demonstrar sua existência.

Ao considerar as implicações desses princípios para as ciências sociais, é essencial ter em mente a distinção entre a ontologia filosófica e a científica. Uma ontologia filosófica do tipo sublinhada aqui, não nos diz o que realmente são as estruturas, entidades e mecanismos que formam o mundo; isso é uma questão para as ciências individuais. No caso das ciências sociais, por exemplo, uma metateoria realista não permitirá, por si só, escolher entre uma concepção que se limita ao estudo das ações individuais, e outra que molda suas explicações em termos de estruturas sociais maiores.

Então, primeiro devemos perguntar, que descrição da realidade social descartaria um programa realista do tipo sublinhado acima. Em geral, o realismo seria inaplicável se não houvessem:

- a) Objetos intransitivos das ciências sociais, nem objetos suscetíveis de definição real
- b) Nem nada capaz de ser explicado em termos de mecanismos gerativos.

Começemos por a). Intransitividade, devemos lembrar, significa essencialmente que “coisas existem e agem independentemente de nossas descrições”,¹ onde “nossas” se referem aos seres humanos em geral. Parece bastante claro que esse princípio precisa ser modificado no caso das ações humanas e estruturas sociais, onde as concepções dos agentes não são externas aos fatos descritos, mas fazem parte ao menos da realidade desses fatos. Uma disputa, por exemplo, não pode ser adequadamente descrita exceto em referência às percepções dos participantes de sua situação como uma de hostilidade. Se eles não percebem a situação dessa forma, eles meramente simulam uma disputa. A disputa, em outras palavras, é “dependente de conceito” para os participantes, de uma forma que a colisão de dois asteroides ou duas partículas subatômicas não é.

Essa dependência de conceito dos fenômenos sociais, não descarta, no entanto, sua intransitividade. A I Guerra Mundial ou o racha Sino-Soviético do fim da década de 1950, foram como foram, independentemente do que eu escreva sobre eles hoje. O que o antirrealista requer é um argumento mais radical que nega de haja qualquer fato da questão sobre tais questões. A forma mais plausível de defender tal argumento é dizer algo nessa linha:

- 1) Situações sociais não existem independentemente da forma que são interpretadas por aqueles envolvidos nelas ou por observadores externos.
- 2) Tais interpretações são essencialmente arbitrárias.

Esse argumento, é claro, não é essencialmente diferente do convencionalismo radical sobre o mundo natural. O que precisa ser explicado é sua aparentemente maior plausibilidade como descrição do social. Vamos tomar três afirmações sobre a “sociedade”:

- 1) A sociedade não é observável.
- 2) A sociedade é teórica.
- 3) Qualquer afirmação sobre a sociedade é tão boa quanto as outras.

A primeira deve, claramente, ser aceita. Podemos, é claro, estudar uma comunidade nacional ou um grupo, observando o que acontecendo, fazendo perguntas, etc., mas não há como observar uma sociedade como tal. Os limites da sociedade francesa não são os das fronteiras nacional da França, não apenas porque a França tem territórios e influências em outros países, mas porque “a sociedade francesa” é um conceito teórico, onde “teórico” significa algo mais do que não-observável. A melhor forma de ilustrar isso é ver a história do termo

¹ Bhaskar, *A Realist Theory of Science*, p. 250.

“sociedade” e as diferentes formas como ele é usado desde, aproximadamente, o século XVIII.

Em outras palavras, falar sobre uma coleção de pessoas, em um ou mais espaços geográficos, com várias formas de equipamento material, etc., como uma “sociedade” é entrar num jogo de linguagem particular que autoriza alguns movimentos teóricos, mas não outros e, em particular, introduz um elemento de abstração.

Um elemento residual de verdade no empirismo é o de que o uso de termos abstratos ou teóricos tem de ser legitimado de uma forma que um vocabulário de “nível inferior” não é. O conceito moderno de sociedade, por exemplo, tem de ser espremido num espaço conceitual ocupado por um termo mais antigo e, de certa forma, mais concreto: o “Estado”.² A resistência inicial à sua introdução era obviamente política: o termo “sociedade” era visto como, de alguma forma, ligado ao terceiro estado, e potencialmente ameaçador ao Estado. No nosso tempo, essa hostilidade política ao conceito de sociedade, geralmente, toma a forma do individualismo: “o indivíduo e a sociedade”. Mas esse individualismo ético ou político é apenas um aspecto de uma abordagem cuja mais eficiente ferramenta teórico é a tese reducionista do “individualismo metodológico”. Falar de sociedade, ou de totalidades sociais em geral, dizem, é apenas uma abreviação ou redescrição sumária de algo que deve, em última instância, ser descrito e explicado em termos de ação individual. Como diz J. S. Mill, “as leis dos fenômenos da sociedade não são, nem podem ser, nada mais do que as ações e paixões de seres humanos unidos num estado social”.³

Mas, podemos realmente prescindir do conceito de sociedade? Como vimos, a alternativa mais aceita é uma ontologia de pessoas individuais e suas ações, onde estruturas sociais são meramente redescritões sumárias, metafóricas, destas. A vantagem é que o critério de identidade das pessoas se dá sem problemas pelos seus corpos, que são, quase sempre, claramente distintos dos outros corpos. Na verdade, no entanto, isso não nos ajuda muito, pois as ações humanas mais interessantes são aquelas que pressupõem uma rede de relações sociais. E, se essas relações sociais são uma precondição das ações individuais, parece estranho pensar que elas são menos reais do que essas ações.

O que é verdade, é claro, é que nós não sabemos ao certo como caracterizar essas relações e que nossas caracterizações serão experimentais, relativas a propósitos explanatórios particulares, etc. Mas isso não significa que um dado conjunto de relações sociais reais não é uma condição necessária para todas, exceto as mais banais das ações humanas. Eu posso enfiar o dedo no nariz, se estiver sozinho, mas não posso compensar cheques, escrever livros, ou declarar guerra;

O que precisa ser explicado é por que a maioria das pessoas em nossa sociedade acreditam em qualquer afirmação apresentada de forma confiante sobre, por exemplo, a estrutura do

² Ver Outhwaite, *Concept Formation in Social Science* (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1983), cap. 5.

³ *A System of Logic*, 7ª ed. (Londres, Longmans, 1868), livro 6, cap. 7, p. 466. Cf. Steven Lukes, 'Methodological Individualism Reconsidered', *British Journal of Sociology*, vol. 19, 1968. Reimp. In. Lukes, *Essays in Social Theory* (Londres, Macmillan, 1977).

DNA, mas será cética em relação a afirmações sobre a estrutura social moderna – e porque elas estão certas em desconfiar. Dizer que a bioquímica é uma ciência “madura”, mas a sociologia não, não ajuda muito. Referências à exatidão de medida também não vêm ao caso. O problema não é que não podemos fazer medidas precisas nas ciências sociais, mas que nós não temos certeza do propósito a que servem, uma vez que estruturas explanatórias interessantes, e até suas explicações, parecem irremediavelmente opacas.

Considerações como estas podem parecer apontar para uma descrição convencionalista das ciências sociais, na qual todos os termos significantes são cercados por aspas irônicas e todas suas afirmações, precedidas por um “tudo se dá como se...” implícito.⁴ Ainda assim, isso é dar crédito demais para os céticos. Há alguns efeitos, tais como a tendência de a posição social dos pais influenciar as conquistas escolares dos filhos, que são tão reais e gerais quando se pode razoavelmente esperar, embora, é claro, ainda precisemos investigar os mecanismos que produzem tais efeitos. O fato de que processos de interpretações subjazem todos esses termos, tão bem quanto nossas postuladas explicações sobre a ligação entre eles, não descartam uma interpretação realista dessas teorias. Pelo contrário, como devo argumentar adiante, sugere que deveríamos reconhecer que as ciências sociais tem uma relação mais próxima com o pensamento de senso comum do que as ciências naturais; elas não fornecem tanto um conhecimento radicalmente novo, embora produzam formulações mais adequadas sobre nossas intuições a respeito das relações sociais.

Vimos, então, que a questão dos objetos intransitivos das ciências sociais acabam sendo essencialmente uma questão de escopo e implicações da interpretação nesse domínio. Rascunhei um argumento no sentido de que, mesmo que os tijolos que formam a ciência social fossem tijolos “interpretados” num sentido mais radical e de longo alcance do que são os componentes das teorias científicas naturais e, mesmo se essas estruturas postuladas no interior das ciências sociais tendam a ser apresentadas, por bons motivos, de uma forma experimental, isso não nos impede de fazer perguntas de tipo realista sobre tais estruturas. Em um momento eu observarei mais de perto a ideia de que as estruturas elementares da sociedade não são apenas interpretadas, como não passam de interpretações. Mas, mesmo que essa posição interpretativista pudesse ser sustentada, ainda não poderia se dizer, sem mais discussões, que não há critérios para se julgar interpretações.

Antes de tratar diretamente desses problemas, vamos lidar rapidamente com a condição b), citada acima, a questão sobre se há algo no mundo social que pode ser explicado em termos realistas por mecanismos gerativos. Isso, é claro, depende da condição a), uma vez que, se não podemos sequer especificar as explicações nas ciências sociais, não há muita razão para procurar mecanismos explicativos. E, a depender do que aceitamos como explicações, os tipos de mecanismos, provavelmente, também irão variar: seria estranho se um equilíbrio de sistema pudesse ser explicado da mesma maneira que uma escolha individual.

⁴ Pierre Bourdieu, *Outline of a Theory of Practice* (Cambridge, Cambridge University Press, 1977), p. 203, n.º. 49. Embora Bourdieu insista repetidamente nesse princípio, sua metateoria parece, na prática, mais próxima da defendida nesse livro.

Como na condição a), a versão mais radical da condição b) toma a forma da recomendação de que as ciências sociais deveriam se limitar ao estudo da ação individual. Pode-se dizer, então, em termos hermenêuticos ou racionalistas, que a explicação das ações humanas em termos de razões individuais para agir é algo distinto da explicação causal. Parte do apelo dessa afirmação se deriva da óbvia inaplicabilidade da análise empirista da causalidade em termos de eventos de conjunção constante ou logicamente independentes. Minhas razões para passar um café (para me despertar, para matar a sede, para dar uma pausa no trabalho, etc.) não são logicamente independentes do meu ato de fazê-lo. Mesmo que meu cansaço não causasse que eu tomasse uma xícara de café, no sentido diretamente físico no qual ela poderia me fazer cair de sono sobre meu manuscrito, ele poderia certamente contribuir com as razões para eu tomar um café, como parte de uma concatenação complexa de estados físicos e mentais. E não parece haver razão para o conceito realista de mecanismo não deve se estender por todas essas condições. Mesmo que se queira, como Rom Harré, negar que razões são causas, pode-se ainda defender (como Harré e Secord) que explicações baseadas em razões, são análogas às explicações baseadas em mecanismos nas ciências naturais. Em outras palavras, seja qual for a visão que se adote sobre a questão das razões e causas, uma interpretação realista pode ser dada para os modelos explanatórios resultantes.⁵

A meu ver, “a real razão” para uma ação, é melhor compreendida como a razão que foi causalmente eficaz em produzir tal ação, mas a análise realista será tão boa quanto, eu penso, para um racionalista que define o “real”, nesse contexto, como algo “racionalmente atraente” e que defende, como Martin Hollins, que “a ação racional é a sua própria explicação”.⁶

Parece, então, que a questão sobre a aplicabilidade do realismo às ciências sociais, irá girar em torno, essencialmente, da primeira das questões levantadas nesse capítulo: a existência de objetos intransitivos das ciências sociais. Deve, portanto, sublinhar 1) o argumento de Roy Bhaskar em favor do naturalismo e da intransitividade; 2) a crítica de Ted Benton de que sua posição não seria naturalista o suficiente e 3) a alternativa de Rom Harré, uma concepção antinaturalista de ser social.

Primeiro, precisamos esclarecer o que está em jogo nesses debates sobre o naturalismo. Como vimos no capítulo 1 [de *NPSS*], a tese positivista lógica de uma ciência unificada fez fortes reivindicações pela unidade das leis científicas ou da linguagem científica, baseadas num reducionismo fiscalista. Os debates contemporâneos focam, por sua vez, nas afirmações mais fracas de unidade metodológica da ciência, no sentido de que os métodos das ciências naturais podem, em geral, ser aplicados às ciências sociais ou; como Bhaskar diz, “que é possível dar uma descrição de ciência onde os métodos adequados e mais ou menos específicos de ambas as ciências naturais e sociais podem se encaixar”. O naturalismo, nesse sentido, “não nega que há diferenças significativas entre esses métodos, baseadas nas diferenças reais entre seus objetos de estudo e nas relações em que suas ciências estão para

⁵ Cf. (M. Von Cranach and R. Harré (orgs.) *The Analysis of Action* (Cambridge, Cambridge University Press, 1982), p. 31.

⁶ Hollins, *Models of Man* (Cambridge, Cambridge University Press, 1977), p. 21 e passim.

com eles”.⁷ O que ele afirma é que uma interpretação realista pode ser significativamente dada ao conhecimento científico.

Bhaskar parte da questão: “quais propriedades as sociedades possuem que podem fazê-las possíveis objetos de conhecimento para nós?”⁸ Ele defende, da forma resumida no início desse capítulo, que “as sociedades são irreduzíveis às pessoas”, que “as formas sociais são uma condição necessária a qualquer ato intencional”,⁹ que “sua preexistência estabelece sua autonomia como objetos possíveis de investigação científica e que sua potência causal estabelece sua realidade”. Isso, por sua vez, implica num “modelo transformacional da atividade social”: “a sociedade é tanto a condição onipresente (causa material) e o resultado continuamente reproduzido da agência humana”.

A concepção que proponho é a de que as pessoas, em sua atividade consciente, em grande parte, reproduzem inconscientemente (e, ocasionalmente, transformam) as estruturas que governam suas atividades substantivas de produção. Portanto, as pessoas não se casam para reproduzir a família nuclear, ou para trabalhar e sustentar a economia capitalista. Mesmo assim, essa é a consequência não intencional (e o resultado inexorável) de sua atividade, como também a sua condição necessária.¹⁰

Isso, por sua vez, implica numa concepção relacional do objeto de estudo das ciências sociais, na qual as práticas dos agentes tomam parte no interior de um conjunto de posições estruturalmente (e, portanto, relacionalmente) definidas.¹¹ Onde essas relações são parte da definição de uma *relata* [N.T.: um dos termos de onde procede uma relação lógica], como a de comprador/vendedor, elas serão denominadas de relações internas; onde elas são contingentes (p. ex. vendedor/controlador de tráfico), serão denominadas de relações externas.

Esse modelo abstrato de realidade social, que, é claro, expressa fortes similaridades com outras especificações contemporâneas da relação entre ação e estrutura,¹² é claramente compatível com grandes variações no grau em quem cada ação em particular é estruturada. Não é preciso ser um advogado trabalhista para perceber que as obrigações contratuais de um acadêmico são muito diferentes daquelas da maioria dos trabalhadores. Uma área de controvérsia mais interessante e menos determinada, surge entre aquelas que enfatizam o caráter essencialmente voluntário de todas as ações humanas e aquelas que enfatizam os limites estruturais (que podem, é claro, tão bem ser permissivas quanto proibitivas num sentido amplo). Há poderosas correntes na interpretação textual, por exemplo, que analisariam esse livro com o produto mais ou menos automático de um conjunto de

⁷ Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, p. 3.

⁸ Ibid. p. 31.

⁹ Trevor Pateman apontou que isso é um exagero grosseiro; o menino selvagem de Aveyron provavelmente agia de forma intencional antes de encontrar a sociedade humana. Me parece, no entanto, que essa afirmação se sustenta, quando qualificada da forma como na p. 48 acima.

¹⁰ Ibid. pp. 43f.

¹¹ Ibid. p. 51.

¹² Cf., em particular, a obra Anthony Giddens.

estruturas teóricas e ideológicas, com o aditiva de uma categoria residual de desejo autoral e alguns outras poucas condições materiais.

Não é, provavelmente, apropriado para mim, como autor, me dirigir a essa concepção hiper estruturalista; tudo que é preciso, aqui, é apontar que ela ainda requer, no ponto de vista lógico, alguma noção de agência para que essas estruturas funcionem. Dúvidas céticas a respeito da possibilidade das ciências sociais, tomam o caminho oposto de questionamento da realidade e eficácia das estruturas sociais. Rom Harré, em seu brilhante livro *Social Being*, parece flertar com essa visão, ao limitar sua atenção às estruturas de ação como objeto da psicologia social, concebidas em termos não-naturalistas:

O fato de que tanto as ciências naturais quanto as sociais usam modelos da mesma forma, pode sugerir de forma errônea que elas compartilham de uma epistemologia em comum. As diferenças emergem quando comparamos a relação entre fato e teoria em cada tipo de ciência. Nas ciências sociais, fatos, no nível em que os experimentamos, são completamente a criação da teorização, da interpretação. Os realistas, nas ciências sociais defendem, e eu compartilho dessa defesa, que há padrões globais no comportamento grupal dos homens, embora, como argumentei, não temos qualquer método indutivo adequado de descobri-los.¹³

A estratégia de Harré, em resumo, é agrupar um reino numenal de estruturas latentes e limitar seu programa de pesquisa na psicologia social às estruturas como elas são percebidas pelos atores.

O papel, ele sugere plausivelmente, “é experimentado, não como uma propriedade relacional em que o indivíduo está para os coletivos dos quais é membro, mas como um conjunto sistemático de imperativos e limites psicológicos e microsociais”.¹⁴ Isso, eu penso, é verdade e importante, mas enfatizar essa última concepção de papel não é implicar que a primeira seja inacessível, até (!) para os atores. Toda uma série de técnicas, desde modelo organizacional até análise transacional, visa precisamente explicar a primeira concepção. De fato, se a socialização significa algo mais do que modificação de comportamento, ela só pode ser a inculcação de concepções estruturais desse tipo. Ensinar uma criação que ela não deve fazer barulho, é lhe dar uma concepção de um ambiente composto de outras pessoas que são detentoras de direitos a um grau razoável de paz e silêncio. Não sei se Harré questionaria qualquer uma dessas afirmações, mas sua discussão constantemente aponta para uma distinção entre uma psicologia social etogênica empiricamente orientada e uma sociologia inevitavelmente especulativa. E a base lógica por trás de tal distinção permanece obscura.

O que emerge, eu penso, dessa discussão, é que nós devemos observar mais de perto das relações entre estruturas sociais e as atividades que elas governam. Roy Bhaskar sugere três “limitações ontológicas a um naturalismo possível”:

¹³ Harré, *Social Being* (Oxford: Basil Blackwell, 1979), p. 237. (Cf. p. 349: “Afinal, nessa obra eu estou tentando localizar os processos psicossociais e não resolver os grandes problemas tradicionais da sociologia!”).

¹⁴ *Ibid.*, p. 49.

- 1) Estruturas sociais, diferente das estruturas naturais, não existe independentemente das atividades que governam;
- 2) Estruturas sociais, diferente das estruturas naturais, não existem independentemente das concepções dos agentes a respeito do que fazem em sua atividade;
- 3) Estruturas sociais, diferente das estruturas naturais, só podem ser relativamente duradouras (de forma que as tendências a que elas dão base não podem ser universais, no sentido de serem invariáveis no espaço-tempo).¹⁵

Essas qualificações estão, eu penso, no caminho certo, mas elas devem ser qualificadas das formas sugeridas por algumas críticas feitas por Ted Benton.¹⁶ O terceiro princípio é de relevância limitada e pode ser lido de forma rápida. Como Benton aponta, ele não demarca bem a divisão entre estruturas naturais e sociais, uma vez que muitas estruturas naturais também são apenas relativamente duradouras. O que é necessário para a ciência social ser possível é que as estruturas sociais sejam suficientemente duradouras de forma que seu exame seja realizável e valha a pena. E mesmo o mais radical dos defensores da visão de que apenas a investigação sincrônica é possível nas ciências sociais, sempre se permite o tempo ao menos de fazer suas investigações. Se há um problema com as estruturas sociais, certamente não é sua mutabilidade, por assim dizer, mas sua desordem e fluidez.

O primeiro princípio de diferenciação de Bhaskar parece requerer um pouco mais de ajustes para torná-lo aceitável. Em primeiro lugar, ele precisa ser contrafactualizado, de forma que a referência inclua ações *possíveis* governadas pela estrutura (p. ex. uma estrutura de poder). Estas podem ser ações possíveis negativas, como na dissuasão. Em segundo lugar, é importante notar que as atividades que sustentam uma estrutura não são sempre idênticas àquelas que governa em sua função. Uma estrutura de troca de presentes não existe independentemente do ato de dar presentes, mas também pressupõe a posse ou aquisição de presentes em potencial (sejam eles possuídos ou adquiridos sob essa descrição, ou não).

O segundo princípio de Bhaskar também requer um esclarecimento. Mas, mesmo esclarecido, ele aponta ainda mais para a questão central que está em jogo entre o naturalismo e o antinaturalismo. Primeiro, devemos observar que a agência em si requer que os agentes tenham *alguma* concepção do que fazem; sonambular é apenas um caso marginal de ação. No sentido oposto, essa concepção não precisa estar correta para que uma ação seja bem sucedida e, em alguns casos, uma concepção correta da atividade pode torná-la impossível; eu posso te enganar deliberadamente, ou sem intenção, mas não se você perceber que eu estou te enganando. Em um sentido mais amplo, os agentes não precisam estar conscientes das suas implicações nas estruturas tais como a da economia capitalista, que, não obstante, governa suas ações; outras estruturas têm sua eficácia a partir de seu poder imaginário como palavras de ordem. Ideologias tendem a conter um misto de crenças consciente e inconscientes, e isso pode ser uma parte importante de seu poder.

¹⁵ Bhaskar, *Possibility of Naturalism*, p. 48f.

¹⁶ Ted Benton, "Realism and Social Science", *Radical Philosophy*, n.º. 27, 1981.

Vale referenciar, aqui, a distinção que Bhaskar traça entre a interdependência causal (entre as estruturas sociais e as representações humanas delas) por um lado, e a intransitividade existencial “que é uma condição a priori da investigação e se aplica da mesma forma às esferas social e natural”, por outro. Ambos os princípios são necessários à ciência social realista, em oposição ao positivismo, que negligencia a interdependência e as teorias hermenêuticas que “dissolvem a intransitividade”.¹⁷ A hermenêutica está correta, no entanto, em chamar atenção para a importância central dos significados para as ciências sociais e para o fato de que eles têm de ser compreendidos, não apenas registrados ou medidos. Deve-se acrescentar a isso as dificuldades práticas de medida e testagem empírica nas ciências sociais; a virtual indisponibilidade de experimentação e fechamento, a irreversibilidade da maioria dos processos sociais, etc.¹⁸ Aqui, podemos ver que certas consequências, tais como a impossibilidade de previsão, não impedem uma concepção realista de ciência social, como elas impediriam uma ciência já concebida de forma positivista.

Por trás de tudo isso, no entanto, está uma questão fundamental, brevemente levantada no começo desse capítulo, sobre a relação entre as ciências sociais e o conhecimento social de senso comum. Essa questão é concebida de formas muito diferentes em diferentes teorias sobre as ciências sociais e naturais,¹⁹ mas o que parece emergir de forma bastante clara é que as ciências sociais permanecem mais próximas do pensamento de senso comum, que é de qualquer maneira mais difundido e poderoso no mundo social. Com isso, quero dizer que nós temos intuições a respeito da estrutura de quase todos os processos sociais que conseguimos imaginar; essas intuições podem estar corretas ou equivocadas, mas elas nos dão ao menos uma *entrada* no assunto em questão. Na realidade física, por sua vez, nós temos intuições apenas sobre um número restrito de fenômenos – sobre bolas de bilhar, mas não sobre partículas, sobre cadeiras, mas não sobre estruturas moleculares, sobre pessoas e animais, mas não sobre bactérias e vírus, etc. Em termos brutos, as ciências sociais dão largada com vantagem em relação às ciências naturais, mas ao invés de correr direto em direção a um novo conhecimento, elas giram em círculos e perdem tempo inspecionando várias vezes o ponto de partida.²⁰ Um diagnóstico dessa situação é dizer que os cientistas sociais são muito ambiciosos em suas especulações, que eles dão um pulo maior do que as pernas. Isso é verdade, provavelmente, a respeito de todas as ciências; a diferença, eu penso, é que as ciências sociais *não podem* andar; uma melhor metáfora, é a de andar de bicicleta, que é muito fácil de fazer a 16km/h, mas impossível a 3km/h. É claro que é possível replicar testes padronizados ad nauseam, mas a replicação é algo indiferente para a aceitação ou rejeição dos resultados previamente obtidos; eles tendem a ser aceitos ou rejeitados por princípios teóricos mais globais.

¹⁷ Bhaskar, *Possibility of Naturalism*, p. 60.

¹⁸ *Ibid.*, p. 59.

¹⁹ Ver Outhwaite, *Concept Formation in Social Science*, pp. 51-67.

²⁰ É claro que as ciências naturais são objeto de revoluções periódicas, mas muito rapidamente emerge um consenso sobre um número limitado de programas de pesquisa pós-revolucionários e, em geral, um desenvolvimento cumulativo de conhecimento, ao menos empírico. (Cf. Hesse, *Revolutions and Reconstructions in the Philosophy of Science* (Brighton, Harvester, 1980), pp. 176ff.

Há de se reconhecer o utopismo do século XIX em sua aspiração por ciências sociais que produziriam “o mesmo tipo de iluminação sensacional e potência explanatória já produzida pelas ciências da natureza”.²¹ A ciência social traz surpresas, mas as mais importantes não são, sem dúvida, as descobertas que vão contra as nossas expectativas, mas a descoberta qualitativa de novas formas de concepção da realidade social – formas que ainda são, no entanto, em um certo sentido, contínuas às percepções do senso comum. A ciência social, pelo que parece, é necessariamente experimental, teoricamente pluralista e incompleta.

O outro lado dessa moeda, no entanto, é que descrições de senso comum dos fenômenos sociais podem e devem ser tomadas como pontos de partida na teorização científica social. *Podem* porque fornecem o início das definições dos fenômenos e, portanto, ajudam na atividade desconcertante de constituição do objeto ou, nos termos de Goldman, na *decupagem*,²² “dada a natureza bagunçada da realidade social”.²³ E *devem* pois, por mais imperfeitas que sejam, uma vez que elas são as percepções dos agentes envolvidos naquela situação, elas influenciarão a própria natureza daquela situação. Isso é a verdade (parcial) da famosa afirmação de W. I. Thomas, de que “se os homens definem as situações como real, elas são reais em suas consequências”.²⁴ Até que nível isso é verdade, como sugerido acima, dependerá das características específicas de uma dada situação social.

Pode se ver que a dependência de conceito e a dependência atividade das estruturas sociais aparecem, não tanto como obstáculos, mas como um recurso na teorização social. Podemos questionar, em outras palavras, como uma dada sociedade deve ser para que as pessoas se comportem dentro dela, e a concebam das formas que o fazem. (Aqui, como observa Bhaskar,²⁵ há uma analogia parcial com as investigações filosóficas nas pressuposições transcendentais de uma atividade empiricamente identificada, como a da prática científica). Como sugerirei em mais detalhes no capítulo 6 [de *NPSS*], um bom exemplo desse processo de teorização é *O Capital* de Marx, concebido simultaneamente como uma investigação dos mecanismos do modo de produção capital e como uma crítica das suas representações de senso comum e nas teorias da economia política clássica.²⁶ Esse modo de pesquisa, no entanto, não é exclusivo de Marx, cuja orientação filosófica é próxima a do realismo transcendental,²⁷ ele também pode ser observado na estrutura neokantiana, em grande parte da sociologia clássica, por exemplo, na obra de Durkheim e Marx Weber.²⁸

Devemos agora resumir esse esboço de uma estratégia realista nas ciências sociais, que servirá de base para discussões mais detalhadas nos capítulos seguintes. A noção de uma definição

²¹ A. Giddens, *New Rules of Sociological Method* (Londres, Hutchinson, 1976), p. 13.

²² I. Goldman, *Marxisme et sciences humaines* (Paris, Gallimard, 1970), p. 250.

²³ Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, p. 63.

²⁴ W. I. e D. S. Thomas, *The Child in America* (Nova York: Knopf, 1982), p. 572.

²⁵ Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, pp. 63 ff.

²⁶ Cf. Karl Marx, *Capital*, vol. 1 (Harmondsworth, Penguin, 1976), pp. 173 f.

²⁷ Ver, p. ex., Derek Sayer, *Marx's Method. Ideology, Science and Critique in Capital* (Brighton, Harvester Press, 1979) e o verbete de Bhaskar sobre “Realismo” em Tom Bottomore (org.), *A Dictionary of Marxist Thought* (Oxford, Blackwell, 1983), pp.407-9.

²⁸ Discuto mais longamente isso no capítulo 6 [de *NPSS*]. Ver, também, Gillian Rose, *Hegel Contra Sociology* (Londres, Athlone, 1981), p. 1. Rose defende que: “A própria ideia de uma sociologia científica, seja marxista ou não marxista, só é possível como uma forma de neokantismo”.

real serve como *leitmotiv* [tema recorrente] da prática de pesquisa social de base realista. Os cientistas sociais dirigem sua atenção a um objeto de pesquisa que já é definido de certas formas no mundo da vida cotidiana e linguagem comum (Isso é verdade, é claro, a respeito dos objetos naturais, também, mas com a importante diferença de que os objetos naturais não tem conceitos sobre o que fazem quando caem, colidem, derretem, morrem, etc.). Os cientistas sociais procurarão tipicamente redescrever esse objeto de forma que revele sua complexidade, a maneira pela qual ele é determinado pelo ambiente interno e externo como resultado de uma multiplicidade de tendências em interação.

A concepção do objeto de investigação irá determinar crucialmente os tipos de método que são apropriados para sua investigação. A abordagem etnometodológica da análise conversacional não nos servirá para entender a taxa de lucro da economia capitalista, nem a lei do valor explicará como se pode acabar uma conversa por telefone sem constrangimentos. A análise histórica pode ou não ser relevante ao estudo de uma situação contemporânea particular. Em outras palavras, a questão do que é preciso para explicar um fenômeno social observável receberá uma resposta contextualmente específica.

Nessa redefinição dos objetos da investigação social e anterior à escolha de métodos de investigação, estão questões de ontologia social. Que tipo de objeto estamos tentando descrever e explicar? Até onde ele é um produto das interpretações dos seres humanos, e até onde ele é estruturado por “causas mais profundas que são opacas à consciência humana”?²⁹ Pode-se discutir, sendo ou não realista, sobre essas disputas perenes no interior da ontologia social, mas eles não são, eu penso, discussões especificamente realistas. Em outras palavras, elas dizem respeito à natureza das sociedades humanas e não da natureza das teorias científicas sociais.

Rom Harré, que defendem uma psicologia social interacionista e interpretativista, e Roy Bhaskar, que defendeu uma abordagem mais estruturalista e materialista nas ciências sociais, podem ambos interpretar legitimamente suas propostas em termos realistas. Ambos podem afirmar propor formas de chegar às estruturas fundamentais e mecanismo gerativos da vida social: onde eles se distinguem é nas suas descrições da constituição da realidade social e de como essa realidade pode ser conhecida.³⁰ O realismo não autoriza unicamente uma dessas duas abordagens. O que ele fornece, no entanto, é uma estrutura na qual essas ontologias sociais alternativas podem ser racionalmente comparadas e discutidas – na qual elas não colocadas de lado, como nas tradições positivista e convencionalista, como “meras” suposições de definição.

Filosofias da ciência realistas, como vimos, abandonam um número de suposições positivistas sobre a teorização científica. As mais importantes dessas são, provavelmente, a distinção entre teoria e observação e o modelo de explanação dedutivo-nomológico, que são substituídos, respectivamente, pela ideia de uma rede complexa de afirmações relativamente

²⁹ Émile Durkheim, “Review of A. Labriola, *Essays on the Materialist Conception of History*”, In. Ken Thompson (org.), *Readings from Émile Durkheim* (Chichester,; Ellis Horwood, 1985), p. 28.

³⁰ Compare, por exemplo, o capítulo 2 de *The Possibility of Naturalism e Social Being*, pp. 19ff., 139ff., 237, 348ff. e 356.

“teóricas” e relativamente “observacionais” e pela ideia de uma explanação como tentativa de representar os mecanismos gerativos que produzem a explicação. Um corolário do último princípio é o de que a explicação não é idêntica à predição, esta última sendo possível, estritamente falando, apenas onde o sistema é fechado por meios naturais ou experimentais. Por razões práticas nas ciências sociais, nós podemos deixar de lado fechamentos, de forma que quaisquer predições que fizermos serão necessariamente tentativas e não fornecerão testes decisivos de nossas teorias.

Se, então, os critérios de escolha teórica nas ciências sociais são puramente explanatórios, como podemos julgar as explicações? Lembremos que o modelo realista de explicação envolve três passos básicos, a postulação de um mecanismo possível, a tentativa de colher evidências a favor ou contra sua existência e a eliminação de alternativas possíveis. Podemos, portanto, pensar termos uma boa explicação quando:

- 1) O mecanismo postulado é capaz de explicar os fenômenos;
- 2) Temos boas razões para acreditar em sua existência;
- 3) Não podemos pensar em quaisquer outras alternativas igualmente boas.

Até aqui, tudo bem, mas esse modelo abstrato não ajuda na situação característica nas ciências sociais na qual espera-se que escolhamos entre várias teorias alternativas em seus mecanismos associados e onde o objeto de investigação é complexo e sobredeterminado. Quaisquer diretrizes serão necessariamente vagas, mas eu penso que os princípios a seguir não são inteiramente triviais. Primeiramente, não devemos temer a abstração teórico, uma vez que afirmações “observacionais” não tem qual quer privilégio especial nesse esquema. Entidades não devem ser multiplicadas desnecessariamente, por outro lado, não devem ser excluídas por não serem observáveis. Em segundo lugar, a ênfase realista na estratificação da realidade deve nos alertar para a necessidade de encaixar explicações em particular dentro de um contexto mais amplo. Isso não significa que a totalidade social precisa ser invocada para explicar o evento social mais microscópico, mas significa, por exemplo, que teorias microeconômicas devem se conectar com proposições sobre sistemas econômicos e suas reproduções e são inadequadas quando não o fazem.³¹ Em outras palavras, e isso pode ser contado como um terceiro princípio, considerações *a priori* desse tipo tem um papel a cumprir nas avaliações das teorias sociais. Já discuti alguns limites aparentemente *a priori* das teorias sociais da relação entre agência e estrutura social, embora tenha surgido que a forma precisa de suas interrelações fosse uma questão de determinação empírica em cada caso.

Não que penso que se possa ir além desses princípios muito gerais. Onde duas ou mais teorias são igualmente bem avaliadas de acordo com esses critérios, não parece haver bases gerais para uma preferência racional. A simplicidade é uma candidata óbvia. Mas uma preferência pela simplicidade em todo caso não pode ser justificada uma vez que se abandona posições convencionalistas para as quais ela é praticamente o único critério possível. Há, no entanto, algo importante por trás das discussões sobre simplicidade: a saber, a ideia de que as escolhas, assim governadas, maximizam a velocidade do avanço científico ao fazer as teorias mais

³¹ Cf. Hollis e Nell, *Rational Economic Man* (Cambridge, Cambridge University Press, 1975), cap. 8.

facilmente testáveis. Não quero, aqui, entrar na questão de se a escolha em todo caso por teorias mais simples *tem*, de fato, essas consequências benéficas, mas quero, meramente, ressaltar o princípio subjacente de que teorias deveriam ser adotadas quando, em geral, maximizam as chances de debate interteórico mais aprofundado no interior das ciências em questão. Em outras palavras, deveríamos adotar, com as devidas adaptações, teorias que são abertas dessa forma, ao invés de, por exemplo, teorias reducionistas, que encerram a discussão em um nível, mesmo se prometem retomá-la em outro.

O slogan, então, é “mantenha-os falando”. Mais uma vez, pode se pensar que essa *aspiração* seria melhor satisfeita por metateorias convencionalistas. Esse não parece ser o caso, no entanto, se lembramos que o “falar” necessariamente inclui a crítica racional das teorias existentes, e é precisamente o convencionalismo que tende a bloquear a crítica teórica com sua doutrina da arbitrariedade das “questões de definição”. Mais uma vez, é preciso ressaltar que a razão mais potente para se adotar uma metateoria realista é a aquisição de um esquema de discussão racional de questões ontológicas.

Esse princípio de preservação do diálogo pode ser relevante para escolha teórica de outra maneira. Foi sugerido por Mary Hess e outros que, naqueles casos, particularmente frequentes nas ciências sociais, em que não há uma base científica clara para a escolha entre duas ou mais teorias, pode ser legítimo escolher com base em valores sociais gerais.³² E, dentre tais valores, a maximização da discussão séria pode muito bem ser defendida como tendo um lugar privilegiado, pela razão habermasiana de que ela pode ser uma condição para o consenso sobre questões centrais de verdade e justiça.

A ênfase realista na legitimidade e importância da discussão teórica não deveria ser compreendida como implicando na depreciação da pesquisa empírica. O que ela sugere, penso eu, é que tal pesquisa não pode alcançar resultados úteis na ausência de uma reflexão teórica sobre a estruturação dos dados empíricos e sem a rejeição do empirismo, compreendido como foco exclusivo em fenômenos sociais que são empiricamente observáveis e mensuráveis. Como observa Bhaskar:

[...] o aspecto conceitual do objeto das ciências sociais circunscreve a possibilidade de medição [...] pois os significados não podem ser medidos, apenas compreendidos. Hipóteses sobre eles devem ser expressas na linguagem e confirmadas no diálogo. A linguagem aqui está para o aspecto conceitual das ciências sociais como a geometria está para a física. E a precisão no significado agora assume o lugar da exatidão na medição como o árbitro a posteriori da teoria. Deve-se enfatizar que em ambos os casos as teorias podem continuar a ser justificadas e validamente usadas para explicar, mesmo que a mensuração significativa dos fenômenos de que tratam tenha se tornado impossível.³³

A conclusão, penso eu, é que uma estratégia realista para as ciências sociais precisa se envolver em uma forma detalhada com as concepções de interpretação que foram elaboradas

³² “Theory and Value in the Social Sciences”, In. C. Hookway e P. Pettit (orgs.), *Action and Interpretation* (Cambridge, Cambridge University Press, 1978). Reimpressão de Mary Hesse, *Revolutions and Reconstructions in the Philosophy of Science* (Brighton, Harvester, 1980).

³³ Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, p. 59.

dentro dos esquemas da hermenêutica e da teoria crítica. Os capítulos seguintes se dedicam a esta tarefa.